

Horários e Condições de Trabalho dos Professores, Envelhecimento Docente e Aposentação

Intervenção de **Francisco Gonçalves**, Secretário-geral adjunto da FENPROF

O ataque aos horários e condições de trabalho é feito, no caso dos docentes do ensino particular e cooperativo, por via da caducidade dos contratos coletivos e da chantagem para aplicação dos contratos coletivos ultrajantes assinados pela UGT.

No caso dos professores da Escola Pública, o ataque aos horários e condições de trabalho é feito através do incumprimento, na prática, do Estatuto da Carreira Docente, a contratação coletiva que rege as relações laborais no sector público.

Como o que se aplica ao sector público é referência para o sector privado, é sobre os incumprimentos do Estatuto da Carreira Docente que aqui vou deixar umas notas.

O horário semanal dos professores é de 35 horas, cerca de dois terços para componente letiva e o outro terço para componente não letiva.

Sucedem, porém, que o tempo de trabalho semanal de um docente, como vários inquéritos da FENPROF têm demonstrado – é superior a 50 horas semanais.

Como é que isto acontece?

Acontece porque o Ministério da Educação circunscreve a componente letiva a aulas, empurrando muitas horas de trabalho com alunos (apoios, preparação para exames, “aulas de substituição”) para a componente não letiva, faltando depois tempo nesta componente para a preparação de aulas e atividades, a correção de testes e trabalhos e demais tarefas burocráticas que a Administração Educativa é perita em inventar.

Por efeito em cascata este trabalho individual dos professores entra no seu tempo de lazer e descanso, tempo que todo o trabalhador tem direito, é direito conquistado.

A resolução deste problema é fácil, assim se queira: basta incluir todo o trabalho com alunos na componente letiva, ficando a componente não letiva, na parte relativa ao trabalho de escola, para as reuniões pedagógicas necessárias.

Deste modo, os professores teriam tempo, na sua componente não letiva, para o trabalho individual de preparação de aulas e atividades e correção de testes e trabalhos.

Só que esta solução custa dinheiro, implica contratar mais professores e reforçar o investimento na Escola Pública.

A esta situação de horários excedidos e burocracia infundável, acresce o elevado número de alunos por turma e de alunos por professor, o que provoca um desgaste cada vez maior, numa classe profissional envelhecida que aguarda o dia da reforma como o preso a libertação, contando um a um os dias em falta.

Aos que aguardam reforma, junta-se a fuga de muitos para outras profissões, o não regresso dos despedidos no tempo da Troika e dos jovens que não optam pela profissão docente.

É o problema sério da Educação em Portugal, a falta de professores, fruto da desvalorização da profissão e da carreira docente.

Os números para esta década são inquietantes: uma média de idade superior a 51 anos, mais de 30.000 aposentações até 2030. Em janeiro, fevereiro e março deste ano são 1.048 os professores que se vão aposentar. Este ano letivo terá começado com cerca de 600 novos professores recém formados, para fazer face a 3.500 aposentações em 2023 e quatro a cinco mil em 2024.

Os que se aposentam saem aliviados, os que estão próximos estão angustiados, assoberbados com trabalho. É fundamental que todos os trabalhadores com 40 anos de descontos se possam reformar sem penalizações. É necessário um alívio na parte final da carreira, em tempo com alunos, no trabalho burocrático e uma diminuição na idade de reforma.

Como fazer isto quando faltam professores?

Faz-se gradualmente, valorizando a profissão e a carreira docente, fazendo regressar os milhares que abandonaram a profissão e chamando os jovens para o professorado. Medidas concretas que erradiquem a precariedade, melhorem as carreiras, façam cumprir o estatuto da carreira docente no que se refere aos horários de trabalho e criando apoios para os professores deslocados, em suma, valorizando o trabalho e os trabalhadores como defendemos.

Viva o XV Congresso da CGTP-IN